



**FACULDADES MAGSUL**

**ANDRESSA FRICH SERVIN**

**OS (NÃO) AVANÇOS NA FORMAÇÃO DOCENTE NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O  
ENSINO COMUM: UM ESTUDO DE CASO EM  
PONTA PORÃ - MS**

**PONTA PORÃ  
2019**

ANDRESSA FRICH SERVIN

**OS (NÃO) AVANÇOS NA FORMAÇÃO DOCENTE NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O  
ENSINO COMUM: UM ESTUDO DE CASO EM  
PONTA PORÃ - MS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Esp. Andréa Jara Peralta Freitas.

PONTA PORÃ  
2019

## ERRATA

FOLHA	LINHA	ONDE LÊ	LEIA-SE

# ANDRESSA FRICH SERVIN

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Esp. Andréa Jara Peralta Freitas.

## **Banca Examinadora:**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Andréa Jara Peralta Freitas  
Instituição Faculdades Magsul

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Me. Rubens de Oliveira Paz  
Instituição Faculdades Magsul.

Ponta Porã, 17 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho exclusivamente aos meus pais Zelina Frich e Albino Servin, pela compreensão da minha ausência nesses quatro anos de nossas vidas. Pelo companheirismo e apoio total nas decisões tomadas até o momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar vida e força durante estes quatro anos, que não me deixou desistir diante as dificuldades do curso.

Agradeço aos meus pais, pois sem eles eu não estaria terminando este sonho, sinto me privilegiada por ser filha deles, pois estiveram o tempo todo ao meu lado sendo meu suporte financeiro e emocional. Passamos por várias turbulências, mas eles não me deixaram desistir de concretizar este sonho que com o passar dos tempos passou ser o sonho deles também. Lembro-me do meu pai contando para todos os seus amigos que a filha dele estava fazendo Pedagogia. Fico lisonjeada em ser a primeira filha a conseguir terminar a faculdade.

Agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Andréa Jara Peralta Freitas por confiar em mim e por acreditar que eu seria capaz de desenvolver a pesquisa.

Agradeço também as professoras Rute, Mariluce e Tatiane as quais pude auxiliar durante o estágio remunerado. Com elas pude aprender inúmeras práticas metodológicas em como trabalhar efetivamente como uma professora, as três são profissionais maravilhosas e possuem minha eterna gratidão. Cada uma delas de maneira direta ou não estiveram presente na construção do meu ser pedagoga.

Agradeço também ao meu namorado por estar ao meu lado nesta etapa da minha vida.

Meus eternos agradecimentos a todos que estiveram presente diretamente ou indiretamente nessa longa e árdua caminhada em minha vida.

Por isso não tema, pois estou com você; não tenha medo, pois sou o seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei; eu o segurarei com a minha mão direita vitoriosa. (Isaías 41:10)

SERVIN, A. F. FREITAS, A. J. P. **Os (não) Avanços na Formação Docente na Perspectiva da Educação Especial para o Ensino Comum: um estudo de caso em Ponta Porã – MS.** 2019. Número de folha 53. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Faculdades Magsul – Ponta Porã – MS.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral apresentar os avanços, se houveram, na formação continuada dos professores de ensino comum frente à educação especial no processo de inclusão. Para aporte da pesquisa tivemos como objetivos específicos conhecer as normativas legais que amparam a criança em condição de necessidades educacional especial; Pesquisar a obrigatoriedade e estratégias da formação docente para a inclusão; Investigar se acontece a formação docente em torno da educação especial de uma escola pública de Ponta Porã; Sugerir estratégias de formação docente para o processo de inclusão da criança com necessidade educacional especial. A problemática desta pesquisa se ampara em: De que maneira (se) ocorre formação docente na escola de ensino comum com relação à Educação Especial? Esta problemática tem por justificativa em presenciar, em estágios obrigatórios, uma criança com o comportamento atípico, com extrema explosão de agressividade e os professores à frente da situação e sem saber o que fazer. A pesquisa tem como metodologia investigativa o estudo de caso e a revisão de literatura. Foram utilizados com instrumentos de observação não participante, diário de campo e questionários. O *lôcus* da pesquisa está situado em periferia da cidade de Ponta Porã sendo uma instituição de ensino comum da rede pública. Os sujeitos da pesquisa são os professores de uma sala de 2º ano dos Anos Iniciais que entre os alunos tem um menino com comportamento atípico, no qual apresenta explosões de agressividade. Para compreender o processo de inclusão foram realizadas pesquisas nas literaturas e sua obrigatoriedade enquanto legalidade. No tratamento e na análises dos dados a pesquisa apresenta retrocessos, permanências e avanços quanto à formação docente no processo de inclusão de crianças com necessidade educacional especial.

**Palavras-chave:** Legislação. Educação Especial. Formação Docente.

SERVIN, A. F. FREITAS, A. J. P. **Los (no) Avances en la Formación Docente desde la Perspectiva de la Educación Especial para la Enseñanza Común: un estudio de caso en Ponta Porã – MS. 2019.** Número de hoja 53. Trabajo de Conclusión del Curso de Pedagogía. Facultad Magsul - Ponta Porã – MS.

## RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión del Curso tienen como objetivo general presentar los avances, si hubo, en la formación continua de los profesores de enseñanza común frente a la educación especial en el proceso de inclusión. Para el aporte a la investigación tuvimos como objetivos específicos Conocer las normativas legales que amparan al niño en condición de necesidad educacional especial; Investigar la obligatoriedad y estrategias de formación docente para la inclusión; Averiguar si ocurrió la formación docente alrededor de la educación especial de una escuela pública de Ponta Porã; Sugerir estrategias de formación de docente para el proceso de inclusión del niño con necesidad educacional especial. La problemática de esta investigación se ampara. ¿De que modo ocurre la formación docente en la escuela de enseñanza común en relación a la Educación Especial? Esta problemática tiene como justificación en presenciar, en etapas obligatorias, un niño de comportamiento atípico, con extrema explosión de agresividad y los profesores frente a la situación y sin saber que hacer. La investigación tiene como metodología investigativa el estudio de caso y la revisión de literatura y fueron utilizados como instrumentos de observación no participante, diario de campo y cuestionarios. El locus de investigación se encuentra situada en la zona periférica de la ciudad de Ponta Porã siendo una institución de enseñanza común de la red pública. Los sujetos a la investigación son los profesores de una clase de 2º año de los Años Iniciales que entre los alumnos hay un niño con comportamiento atípico, en el cual presenta explosión de agresividad. Para comprender el proceso de inclusión fueron realizadas investigaciones en las literaturas y su obligatoriedad en cuanto a legalidad. En el tratamiento y en análisis de los datos de investigación presenta retrocesos, permanencia y avances cuanto a la formación docente en el proceso de inclusión de niños con necesidad educacional especial.

**Palabras-llaves:** Legislación. Educación Especial. Formación Docente.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Mato Grosso do Sul
s.n.t.	Sem Nota Tipográfica
<i>Lócus</i>	Lugar Específico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
CNE	Conselho Nacional de Educação
CF	Constituição Federal
TOD	Transtorno Opositor Desafiador
NEE	Necessidade Educacional Especial

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## QUADROS

<b>Quadro 1- Identificação dos profissionais da pesquisa .....</b>	<b>27</b>
<b>Quadro 2 - Etapas para Plano de Flexibilização Curricular .....</b>	<b>33</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 Normativas Legais na Educação Especial .....	14
2.2 Formação Docente.....	20
2.3 Inclusão Escolar .....	22
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>255</b>
<b>4 ANÁLISES E DISCUSSÕES.....</b>	<b>30</b>
4.1 Formação e Inclusão.....	30
4.2 Flexibilizações Curriculares e Avaliativas.....	32
4.3 Atitudes acerca das crises.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO A - DIÁRIO DE CAMPO .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO B – ATA DE ESPELHO DE SALA.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO C – DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO .....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O (A) DIRETOR (A).....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O (A) PROFESSOR (A).....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu durante o estágio remunerado ofertado pela Prefeitura Municipal da cidade de Ponta Porã - MS em conjunto com a Secretaria de Educação, foi possível manter contato com uma criança do 2º ano do Anos Iniciais da rede pública. Esta criança apresentava um comportamento agressivo, atípico para a sua faixa etária e assim por consequência deixava todo o corpo pedagógico bastante preocupado e sem saber como proceder.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral apresentar os avanços, se houveram, na formação continuada dos professores de ensino comum<sup>1</sup> frente à educação especial no processo de inclusão.

Para aporte da pesquisa tivemos como objetivos específicos conhecer as normativas legais que amparam a criança em condição de necessidades educacional especial; Pesquisar a obrigatoriedade e estratégias da formação docente para a inclusão; Investigar se acontece a formação docente em torno da educação especial de uma escola pública de Ponta Porã; Sugerir estratégias de formação docente para o processo de inclusão da criança com necessidade educacional especial.

A problemática do presente TCC pauta-se em: De que maneira (se) ocorre formação docente na escola de ensino comum com relação à Educação Especial? Pois, no estágio foi presenciado professores com dificuldade até mesmo em conter a criança a fim de não agredir os demais. Uma situação de extremo desconforto, pois visivelmente os professores pedindo socorro e a criança em crise também.

A metodologia investigativa adotada foi o estudo de caso e revisão literária e sendo utilizada como instrumentos de investigação a observação não participante, diário de campo e questionários semiestruturados (**em anexo**).

Na revisão de literatura apresentamos as normativas legais e vigentes que amparam uma criança no processo de escolarização, como por exemplo, a

---

<sup>1</sup> O significado do termo regular é encontrado na Lei Diretrizes e Bases (1996, p. 22). Lembrar que o conceito de regular é polivalente e pode se prestar a ambiguidades. Regular está sob o estabelecido em uma ordem jurídica e conforme a mesma. Contudo, seu antônimo é irregular e pode ser compreendido como ilegal ou também como descontínuo. Optamos em o termo ensino comum, pois é um indicativo de respeito às demais instituições de ensino especializado. Mas, em termos jurídico-educacionais, regular tem como oposto o termo livre. Nesse caso, livres são os estabelecimentos que oferecem educação ou ensino fora da LDB.

Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes de Base Nacional (1996) Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Salamanca (1994), Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Autores como, por exemplo, Mantoan (2003) orientando acerca da formação docente para a educação especial e as representações da inclusão escolar e os desafios de fazê-la acontecer.

Para que obtivéssemos nossas respostas apresentamos os questionários aos sujeitos da pesquisa que foram os professores, coordenação e direção e a partir da categorização dos dados confrontamos com as observações e a revisão literária. Nesta perspectiva concluímos que a escola não tem a cultura de realizar reuniões para a formação docente de toda a equipe para que sejam atendidas as demandas da instituição.

Concluímos que a escola não avança no sentido de otimização do pessoal em que trabalha neste local, esperando apenas as formações externas ofertadas pela Secretaria de Educação. Caracterizando uma forma de exclusão, pois uma escola inclusiva deve saber proceder com seu público.

A seguir apresenta-se algumas normativas de base da educação. Assim servindo como orientação para a escola como proceder frente as dificuldades encontradas no contexto rotineiro escolar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico se baseia em uma revisão de literatura. Deste modo, neste trabalho irá encontrar sobre a formação docente na perspectiva da Educação Especial e o processo de inclusão.

### 2.1 Normativas Legais na Educação Especial

A atual organização educacional do país é regulamentada por leis, normativas, decretos e portarias. O primeiro grande ganho da sociedade brasileira é Constituição Federal (CF) de 1988, ainda com sombras de um regime militar, a CF chegou trazendo esperanças para uma nação.

Já na educação não foi diferente, após dois anos da CF a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN – Lei nº 9.394 de 1996) é regulamentada, para melhor organizar os seguimentos da educação. E para dar um reforço no que se refere aos direitos da criança o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA– Lei nº. 8.069/1990) é regulamentada.

Sendo assim, a educação exige daqueles profissionais que atuam no âmbito escolar um conhecimento mínimo dos aspectos legais para o desenvolvimento legal de suas funções. O profissional da educação atua como um agente de mudanças na sociedade.

A Constituição Federal (1988) nos seus Art. n.º 205 e n.º 206, afirmam que a educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V–valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI–gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII–garantia de padrão de qualidade; VIII–piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p. 123).

Os artigos da CF esclarecem os papéis e as responsabilidades acerca da criança em idade escolar e que a educação é ministrada com base em princípios básicos da legalidade e garantias dos direitos da criança.

No que tange a LDB (1996) reafirma com empoderamento e em melhores especificações a educação e suas normativas legais, assim preconizando que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p.07).

A educação é direito de todos os seres humanos, sendo dever do Estado garantir a educação pública e de qualidade. Todas as crianças têm direito a igualdade de acesso, permanência e qualidade na escola, respeito à liberdade e ao pluralismo de ideias.

Na perspectiva do Ensino Fundamental a LDB (1996) em seu Art. nº 32, assegura que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Com base na LDB os professores e todos os envolvidos dentro do espaço escolar podem estar se aprimorando cada vez mais com o intuito de melhorar o desenvolvimento da criança, seja ele físico ou psicológico, pois é na educação que os desenvolvimentos da criança se iniciam.

O ECA (1990) pauta-se em resguardar o direito da criança e do adolescente seja ele na educação ou na família, visto que oferece uma base norteadora para a escola em relação qual o papel da família em relação a educação das crianças, sendo a família a parte importante de garantir o bem integral da criança.

O ECA (1990) é o documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas. Assim sendo, o ECA afirma que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, p.20)

Adolescentes e crianças necessitam muito de garantias de proteção ao longo do seu desenvolvimento. A literatura aponta que a família é um importante fator de proteção na vida de crianças e adolescentes é com ela que os mais novos aprendem valores necessários a vida comunitária. Vale ressaltar que a família foi mencionada no ECA como a primeira instituição a atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A escola também deve participar da vida da criança e do adolescente com o papel importante de proteção. Para isso precisa estar bem instrumentalizada para fazer um bom trabalho, principalmente em casos em que a criança e/ou adolescente já tenha comportamentos atípicos.

Deflui do Art. de n.º 129, inciso V, do ECA que os pais, além da matrícula, têm o dever de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar do filho. Apenas matricular na escola não isenta a obrigação dos pais, sendo presente e ativo na atuação no sentido de garantir o acesso, permanência e a qualidade. Bem como acompanhar e participar da evolução escolar.

Deste modo, as crianças dentro do espaço escolar possuem direitos e deveres a serem cumpridos assegurados pelo ECA.

Art. nº 53º A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990, p. 46).

Com seus direitos e deveres assegurados pelo estatuto se faz necessário que se cumpra as determinações legais, independentemente do local em que a criança

esteja inserida, visto que é crucial garantir a qualidade de vida física e psicológica das mesmas.

A Declaração de Salamanca (1994)<sup>2</sup> é um documento importante para a Educação Especial. Esta declaração tem o objetivo de melhor esclarecer no que tange aos direitos da criança que possuiu algum tipo de deficiência e/ou transtornos.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos marginalizados (SALAMANCA, 1994, p.03).

Deste modo, evidenciando assim que criança em condição de deficiência também tem os mesmos direitos a outras crianças, o direito a escolarização, desde o acesso, que não está pautada em apenas oferecer a matrícula deste na Educação Básica, a permanência que se faz de suma importância dar condições para esta permanência de fato ser inclusiva e proveitosa para o desenvolvimento da criança. E é claro a qualidade desse ensino, uma vez que as suas limitações, nem sempre, o impede de aprender.

Com o passar dos anos e as tendências de otimizar as organizações políticas da Educação Especial o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial apresentam um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, em que trata sobre a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

---

<sup>2</sup> Os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmou o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (SALAMANCA, 1994).

As Políticas Públicas da Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial (2008) têm como um dos principais objetivos assegurar e categorizar o público-alvo da Educação Especial, indivíduos que por muito tempo ficaram ainda escondidos da sociedade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Posterior a esta lei, ainda que timidamente, foi possível perceber que os estudos acerca da inclusão aumentaram gradativamente, uma vez que estas crianças foram chegando às instituições de ensino comum e a escola como um todo sentiu a fragilidade em de fato incluí-los. E se sentindo na obrigação de buscar formações continuadas e/ou especializações acerca da inclusão.

Outro objetivo das Políticas Públicas da Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial foi definir o público-alvo pertencente à Educação Especial. Esclarecendo para a Educação, no que cerne o atendimento das crianças e assim tendo condições para oferecer o acesso, a permanência e a qualidade da escolarização deste.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada

criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p.15).

Com base nesta citação compreende-se que o atendimento pode ser mais coeso na tentativa de respeitar as limitações de cada criança em condição de deficiência, ou seja, a unidade escolar pode e deve flexibilizar as ações necessárias para o melhor atendimento da criança.

Percebe-se que as pesquisas acerca da inclusão intensificaram e com isso as necessidades de novas organizações ficaram evidentes. Nesta perspectiva, em 6 de julho de 2015 foi estabelecida e sancionada a Lei de n.º 13.146 instituída como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida também Estatuto da Pessoa com Deficiência preconizando que

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 08).

Dentro desta lei ficam assegurados os direitos das pessoas com deficiência em todas as esferas, exemplo, direito à vida, ao transporte, a mobilidade, a saúde, a moradia, a educação e tecnologia de comunicação e difusora.

Ao longo das pesquisas que amparam e asseguram a criança e o adolescente em seus direitos a educação e aos cuidados e proteção a qualquer violação do seu bem, elucidou as fragilidades que os docentes ainda encontram no fazer da inclusão.

Literaturas de pesquisas aqui citadas apontam justificativas mencionadas pelos diretores, coordenadores e professores que em graduação não receberam formação para atender tal público e que por esta razão sente-se limitados para o atendimento destes. Com base neste pressuposto a próxima sessão trata exatamente em formação docente.

## 2.2 Formação Docente

Percebe-se que o tema formação docente é um assunto que vem se destacando no sistema de ensino a fim de garantir a melhoria da educação em nosso país. Na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não é diferente, pois já são notáveis vários avanços na a formação inicial e continuada dos docentes.

Na Lei de Diretrizes e Bases está previsto em seu Art. de n.º 59 que os “professores com especialização adequada a nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 40). Ficando clara a necessidade e urgência em buscar por especializações na área a fim de atender as crianças público-alvo da educação especial.

O acesso de alunos com Necessidades Educacional Especial (NEE) em classes comuns demanda investimentos de várias naturezas procurando assim manter a permanência desde indivíduo, compreendendo como aprendizagem e desenvolvimento integral desta criança.

Levando em consideração esta linha de pensamento (SILVA; BARBOSA; OLIVEIRA *apud* XAVIER, 2002, p. 19) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

O autor traz importante reflexão sobre a necessidade de se ter uma escola inclusiva e que minimize a discriminação/exclusão as crianças que possuem transtornos e/ou deficiência, pois não basta ter uma política de escolas inclusivas e na prática não acontecer à inclusão.

Uma vez que se entende inclusão não apenas ao acesso as estruturas arquitetônicas das escolas, pois em sua maioria, professores realizam suas atividades planejadas para uma sala de utópica, onde todos aprendem em um só ritmo e quando defronte a inclusão, sem conhecimento, acaba colocando estas crianças com alguma NEE em situação de exclusão. Glat e Nogueira corroboram que:

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa beneficiar não apenas os alunos com necessidades educacionais especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo. (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.27)

Os autores apresentam uma abordagem dentro do processo de inclusão que demonstram a real necessidade para programas de capacitação continuada. Com base nas defesas desses autores vale destacar que a Resolução Cne/Ceb Nº 2, de 11 de setembro de 2001, onde em seu Art. 6º esclarece que:

Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com: I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema; III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001, s.n.t).

Resolução esta que esclarece no artigo supracitado as responsabilidades de que a escola tem em orientar a família/responsável a fim de buscar por ajuda em órgãos/equipes multidisciplinar, para que seja feito o atendimento necessário do da criança.

Há controversas em relação ao diagnóstico, pois quando a escola percebe que a criança pode ter algo que justifique a não efetivação de sua aprendizagem, logo aciona os responsáveis a fim de orientar em buscar ajuda de outros profissionais. Em sua maioria esse processo de avaliação e investigação na criança leva tempo e quando se chega a um diagnóstico, nos parece, em sua grande maioria, que nada muda. Ficando caracterizado que o laudo/diagnóstico serve apenas para justificar a não aprendizagem da criança, nem antes do laudo e nem depois do laudo é realizado algo pedagogicamente, que auxilia essa criança em suas fragilidades.

Ao analisar a inclusão compreende-se que não é necessário o laudo e/ ou diagnóstico para que a escola se organize, didaticamente, para melhor assistir está criança, uma vez que a inclusão permite flexibilizações curriculares independentemente de diagnóstico, pois a inclusão, nada mais é do que oferecer o

acesso à escolarização, ao conhecimento para qualquer criança. Deste modo a CNE (2001) afirma em seu:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação. V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade; VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em 3 tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série (BRASIL, 2001, s.n.t.).

Com todas essas recomendações na resolução é necessário ser amplamente debatidas no âmbito escolar, mostrando assim as suas diferentes possibilidades de implantação dentro da escola, pois uma escola inclusiva valoriza e respeita as fragilidades funcionais das crianças no contexto escolar.

Deste modo, segue orientações acerca da inclusão escolar de acordo com autores que discutem o assunto. Reflexões que se faz necessária nas atividades do ensino comum.

### 2.3 Inclusão Escolar

Seguindo o contexto de crianças com NEE o professor dentro de sala desempenha o papel de incluir o aluno em sala de aula, e incluir é muito além de apenas colocar a criança para estudar numa escola de ensino comum, a inclusão está ligada a diferentes aspectos, dentre eles do profissional da educação adaptar o currículo com o objetivo de intuito de melhor atender esta criança.

A criança tem o direito de estar aprendendo juntos com os demais, mas cabe ao professor reconhecer e identificar como a criança pode aprender e a partir de seu planejamento montar estratégias de flexibilização que proporcione oportunidades desta criança ter acesso ao conteúdo.

Mantoan (2003) defende a ideia de que a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é na escola que acontece a latência das diferenças sociais. A educação tem o objetivo, ou deveria colher a todos sem fazer exclusões.

A escola que se apresenta inclusiva não exclui, não categoriza, apenas oferece a possibilidade da criança com NEE ter a chance do convívio social, da aprendizagem significativa e tantos outros aspectos de aprendizagem que a escola oferece. Escolas abertas para discussões e reflexões acerca da diversidade, Mantoan sinaliza que:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (MANTOAN, 2000, p. 7-8)

Ao refletir em uma escola que seja inclusiva, aquela para todos, nos recordamos nas defesas de Paulo Freire (1921-1997) que o processo educacional deve partir da vida do aluno, ou seja, levando em consideração a realidade que a criança está inserida e assim sendo uma aprendizagem será significativa.

Beyer esclarece que:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos das classes escolar, capaz de atender os alunos cujas situações pessoais características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. (BEYER, 2006, p.76)

O desafio de uma escola inclusiva é ter prática tudo que está no papel, ou seja, fazer acontecer tudo aquilo regulamentado por lei, fazer com que determinada criança com NEE se sinta acolhida dentro de sala de aula e dentro da escola.

Este é um desafio, porém não significa que não seja possível ser totalmente ou o máximo possível inclusiva.

Cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos, e nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. São dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. (SASSAKI, 1997, p. 68)

Cabe à escola estar disposta a se arriscar em aprender compreender as esferas das leis e do conhecimento para que assim seja possível encontrar estratégias inclusivas.

Na próxima sessão a pesquisa apresenta todos os caminhos realizados na escola acerca de uma criança que durante o presente ano letivo apresentou comportamento atípico. Comportamentos estes de fortes explosões de agressividade e delírio e apresentando como a escola se organizou no atendimento, nas orientações e nas questões pedagógicas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa tem por finalidade apresentar e/ou denunciar uma situação que desafia qualquer organização social, na presente pesquisa a nossa organização é uma escola, além de mostrar o problema o maior objetivo da pesquisa é trazer possíveis soluções.

Demó pondera que a “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento” (DEMO, 2000, p.20). Pesquisar é a busca por respostas em livros, revistas, em estudos de casos em situações de grupos de pessoas e em qualquer outro instrumento que possa servir como aporte de pesquisa.

Um estudo de caso delimita mais seu objeto de pesquisa, fazendo assim um estudo mais detalhado do problema que de acordo com Prodanov e Freitas,

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetividade, originalidade e coerência. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.60)

Pelo fato de estar relacionado a um fenômeno ou um fato é necessário que o pesquisador tenha um olhar mais profundo e clínico na hora de realizar as observações e é claro estar em equilíbrio emocional e intelectual.

A pesquisa se amparou também pesquisa de campo com o objetivo de coletar informações mais concretas acerca da problemática. Uma pesquisa de campo possui três etapas que segundo Lakatos e Marconi são elas:

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa. Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Por último, antes que se realize a coleta de dados é

preciso estabelecer tanto as técnicas de registro desses dados como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186)

De maneira concomitante nas observações em campo foi aplicado um questionário semiestruturados com perguntas abertas e fechadas aos envolvidos na pesquisa, “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201)”.

A pesquisa tem o caráter de observação não-participante, que em concordância com Lakatos e Marconi, “na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 193)”. Deste modo, em hipótese nenhuma a pesquisadora interfere nas questões da sala de aula.

Uma vez unir os dados o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos. Best (1972) citado por Lakatos e Marconi "representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 167)". A importância dos dados está em proporcionar respostas para as questões que fundamentam a investigação. Análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas.

A pesquisa foi realizada no Município de Ponta Porã, sudoeste do estado, localizada a 316 km da cidade de Campo Grande capital de Mato Grosso do Sul, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ponta Porã possui uma população de 91,082 mil habitantes.

A Escola Municipal Paraíso<sup>3</sup> está localizada na periferia da cidade, ofertando atendimento nos períodos matutino, vespertino e noturno. Segundo o Censo Escolar a escola atende as modalidades de ensino, Educação Infantil com 35 alunos matriculados, Ensino Fundamental Anos Iniciais com 331 alunos, Ensino Fundamental Anos Finais com 187 alunos e Educação de Jovens e Adultos com 60 alunos, totalizando 613 alunos matriculados nesta unidade de ensino.

A pesquisa foi desenvolvida na sala do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais no período vespertino, esta sala possui 25 crianças frequentes. O primeiro

---

<sup>3</sup> Foram adotados nomes fictícios, tanto para as escolas quanto para os sujeitos, para manter anonimato, respeitando assim os princípios éticos de uma pesquisa científica e o que prevê o Termo de Livre Esclarecimento e Autorização Institucional para fazer a pesquisa.

contato ocorreu primeiramente com a direção e coordenação da escola, solicitando a autorização para pesquisa ser realizada na unidade, na qual, fora concedida e assinado o termo de autorização e livre esclarecimento para a coleta de dados.

Todos os envolvidos assinaram os termos de esclarecimento e autorização. A pesquisa aconteceu em uma semana letiva, ou seja, 23 horas/aulas de observação, entrega de questionário, averiguações em documento e um diagnóstico psicopedagógico realizado com a criança, sujeito da pesquisa.

Diretor, coordenador<sup>4</sup>, professores de professores de Artes, Educação Física, Sala de Tecnologia, professor de referência e estagiária da sala<sup>5</sup>. Abaixo segue quadro de identificação para os sujeitos envolvidos na pesquisa

**Quadro 1- Identificação dos profissionais da pesquisa**

<b>Profissional</b>	<b>Formação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Tempo de atuação na educação</b>
D (Diretor)	Educação Física / FIFASUL (2005)	Especialista em Pedagogia do Movimento e Gestão de Atividades Físicas.	7 anos
<sup>4</sup> C1 (Coordenador)	_____	_____	_____
P1	Pedagogia / Anhanguera - 2014	Especialista em Educação Infantil e Educação Especial	3 anos
P2	Educação Física / Faculdades Magsul - 2015	_____	2 anos
P3	Pedagogia, Unopar - 2017	Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais	2 anos
P4	Licenciatura em Informática / UEMS - 2014	Especialista em Mídias na Educação	12 anos
P5	Pedagogia / Unopar (graduanda)	_____	1 ano

**Fonte:** Da pesquisadora

O aluno Pedro<sup>6</sup> está matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, tem 7 anos e apresenta um comportamento de extrema agressividade com os colegas e os profissionais da escola.

<sup>4</sup> A coordenadora que acompanha as crianças do Ensino Fundamental não estava presente (atestado médico) e a coordenação do Anos Finais não achou correto responder aos questionários, uma vez que, vez ou outra sabe de alguma ocorrência referente ao aluno.

<sup>5</sup> No município são contratados estudantes em formação superior para auxiliar no atendimento das crianças com NEE, estes são intitulados como cuidadores.

Em conversas informais com a equipe da escola de diferentes seguimentos, foram descritos que a criança não pode ser contrariada se tornando agressivo e que ainda, gratuitamente, agride os colegas. Ao ser questionado pelo seu comportamento a criança alegava que seria em legítima defesa, sendo assim, entendemos que a criança passou a mentir, pois ninguém o agredia para que ele tentasse se defender.

A escola possui duas coordenadoras e justamente a que mais acompanha a criança na escola, por ordem médica, se afastou da escola no período da pesquisa. Contudo, a outra coordenadora relatou que a criança sempre dizia que teria alguém querendo bater nele e que a cabeça dele dizia para se defender.

Vale ressaltar que Pedro está sobre os cuidados dos avós maternos, que já são idosos, pois a criança está sobre uma medida protetiva em relação à mãe, uma vez que é deficiente intelectual e em um momento de crise de agressividade machucou muito Pedro. Ainda de acordo com relatos da equipe escolar o pai da criança também apresenta alteração, pois segundo o avô o pai de Pedro sempre fez uso de medicação controlada.

Sem saber o que fazer com as inúmeras agressões e descontrole da criança, a escola tomou a frente da situação e juntamente com a assistente social que atende a escola realizaram os devidos encaminhamentos ao posto de saúde que atende a região, assim sendo solicitado o atendimento de um neuropediatra e avaliações de investigação referente ao seu comportamento de acordo com a (figura – 1) em anexo.

O diagnóstico médico ainda não foi finalizado até o termino das observações em *locus*, mas o que se tem enquanto norte para a equipe escolar é a avaliação realizada pela psicopedagoga da rede Municipal de Educação em anexo na (figura-2) a criança apresentou características de Esquizofrenia Infantil e Transtorno Desafiador Opositor (TOD).

E a inquietação das pesquisadoras continua, pois diante dos fatos supracitados fica claro que a escola descreve a fragilidade em atender tal criança, pois de acordo com o espelho de notas, uma ata de acompanhamento da escola (figura – 1) os responsáveis de outra criança solicitou transferência daquela unidade

---

<sup>6</sup> Nome fictício.

escolar, pois Pedro o agrediu fortemente em um dos seus episódios de agressividade.

A questão é posterior ao diagnóstico psicopedagógico emitido em meados de setembro e a presente pesquisa realizada em novembro nada mudou, Pedro continua com a agressividade, temos o conhecimento, que na maioria das vezes, o tratamento para a agressividade dessa magnitude normalmente é medicamentoso.

Contudo, também compreendemos que a medicação ameniza os sintomas, não fazem desaparecer. Ressaltamos também que ambas as características citadas pela psicopedagoga não se trata de doença, então não quer dizer que haverá cura. Se atualmente, sem diagnóstico médico, a escola ainda não sabe como proceder, o que será que mudaria o diagnóstico médico nas práticas docentes? Eis uma indagação que já aflige a pesquisa.

A seguir apresentam-se os resultados, as análises e tratamento dos dados que resultam a respostas da problemática da pesquisa.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vale ressaltar que analisamos as práticas adotadas pelos professores de respectivas disciplinas de uma escolar matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em uma Escola Municipal de Ponta Porã - MS. Confrontamos as respostas do diretor, e cinco professores de disciplinas diferentes com os referenciais teóricos utilizados como base da pesquisa.

### 4.1 Formação e Inclusão

Segundo informações do D a escola promove reuniões com ênfase em Pedro, e também disse que as formações ficam por conta das técnicas de educação “Sempre nos reunimos para as discussões sobre o comportamento do aluno e as técnicas da educação estão dando o suporte aos nossos profissionais (QUESTIONÁRIO, D, 2019)”. Com base na resposta do D podemos verificar que a escola conta com ajudas externas para melhor atender as necessidades da criança e também a entender qual o melhor manejo a se adotar para trabalhar com o Pedro.

Contrariando as atribuições da coordenação pedagógica que é o articulador das propostas pedagógicas, tendo como uma de suas atribuições promover a permanência da qualidade do ensino e da aprendizagem e para que isso seja possível, uma de suas ferramentas é a permanente formação continuada “a atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnica, formas de organização da classe) (LIBÂNEO, 2002, p. 61).” Então, contar com pessoas que não estão presentes no dia a dia da escola e não conhecem a fundo as situações rotineiras da unidade nos parece ser muito superficial estas formações, uma vez que o coordenador pedagógico justamente tem como uma de suas atribuições a formação continuada da equipe da escola

O P3 afirma que existem sim as formações continuadas em diversos seguimentos da educação, contudo afirma que quem participa das reuniões voltadas ao público da Educação Especial são apenas os professores de referência “mas geralmente nos professores que entram após a regente ficamos sabendo só quando ocorre às reuniões (QUESTIONÁRIO, P3, 2019)”. Então a divergência nas respostas do D que afirma que todos participam de formação continuada, visto que a P3 afirma

não participar das formações e ficam sabendo que houve reunião ou formações após elas já tiverem ocorridas.

De encontro às respostas a CNE (2001) salienta a importância de organizações da unidade escolar, pois:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos (BRASIL, 2001, s.n.t).

Desde modo, fica evidente que todos os professores devem ser capacitados respectivamente, ou seja, todos devem participar deste processo para assim todos saberem como lidar com o escolar.

Quando questionados os sujeitos da pesquisa se a escola está preparada para atender Pedro, desde as estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, das questões de cunho pedagógicas as respostas ainda são contraditórias.

- Acredito que a escola está preparada, mas precisa de apoio ainda, pois a demanda está cada dia aumentando (QUESTIONÁRIO, D, 2019).
- Não, a escola precisa muito de investimento e melhoria tanto na estrutura quanto na valorização dos profissionais que atuam nela (QUESTIONÁRIO, P2, 2019),
- Não! Pois a escola precisa de profissionais como: Psicólogo diariamente na escola para atender o estudante e a família (QUESTIONÁRIO, P5, 2019).

A fragilidade de quem está ligado ao Pedro dia a dia com fica evidente, pois não saber o que fazer, não sabem realizar nem manobras de contenção. Ainda compreendem as alucinações de Pedro como atitudes de um comportamento mentiroso e de malcriação da criança.

O DSM-5 é um documento no qual esclarece os sintomas da esquizofrenia e do TOD, documento este disponível na internet e de fácil acesso. Poderia ser realizada formação continuada para todos os profissionais daquela escola. Para que não haja esta exclusão da criança. Pois, não buscar compreender o que seria o TOD e a esquizofrenia torna-se características de exclusão, na medida que, rotulam a criança como mentirosa quando Pedro diz está sendo perseguido e quando a postura é opositora não quer dizer que é malcriado. De maneira muito sucinta pontua-se aqui algumas características assintomáticas que estão acessíveis a qualquer um para que possa entender o que é esquizofrenia e TOD, com base no

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5) pontuaremos as características que são presentes destes indivíduos.

**Esquizofrenia:** Critérios Diagnósticos, Delírios; Alucinações; Discurso desorganizado; Comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico; Sintomas negativos “expressão emocional diminuída ou avolia” (DSM-5, 2014, p. 140, grifo nosso).

**Transtorno de Oposição Desafiante:** Critérios Diagnósticos; Um padrão de humor raivoso/irritável, de comportamento questionador/desafiante ou índole vingativa com duração de pelo menos seis meses, como evidenciado por pelo menos quatro sintomas de qualquer das categorias seguintes e exibido na interação com pelo menos um indivíduo que não seja um irmão (DSM-5, 2014, p.502, grifo nosso).

Então não se trata de malcriação e mentira. Trata-se da falta de conhecimento ou interesse da equipe da escola em entender que ambas características são de ordem neural com base na avaliação realizada pela psicopedagoga da rede Municipal de Educação em anexo na (figura-2).

Reforçando e lembrando as defesas no que tange formação docente seja ela continuada e inicial sinaliza o autor que:

Cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos, e nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. São dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade (SASSAKI, 1997, p. 68).

Ou seja, a escola deve sempre procurar estratégias de acordo com suas necessidades para melhor atender as crianças com NEE de maneira global como prevê a inclusão.

Flexibilização curricular e avaliações escolares é um dos critérios da inclusão. Flexibilizar conteúdos é oportunizar o acesso à aprendizagem. Na próxima sessão exatamente é o assunto a ser tratado.

#### 4.2 Flexibilizações Curriculares e Avaliativas

Observamos que nas aulas da P1 Pedro desenvolve as atividades propostas. Ao questionar P1 sobre se sentia estar preparada para trabalhar as flexibilizações curriculares e avaliativas e o trato com a criança, sua resposta foi categórica “Sim. O

aluno está preparado e desenvolve as atividades normalmente, em outras disciplinas o aluno fica agressivo e rasga as atividades (QUESTIONARIO, P1, 2019).

Vale lembrar que segundo a professora P1 o escolar não demonstra ser agressivo, em suas aulas, porém a P1 é especialista em Educação Especial, ou seja, ela sabe como lidar com Pedro prendendo a atenção dele para ela.

Em comum acordo está P4 “Sim. Pois as adaptações para as flexibilizações curriculares, está sendo conforme as necessidades do estudante em constante mudança e transformação de metodologias diferenciadas (QUESTIONARIO, P4, 2019)”. Contudo, em observação e relatos em **anexo - A** (diário de campo), nos dias de observação a criança realiza as atividades nas aulas da P1 e nas outras aulas a criança não desenvolve nada. Logo, refletimos quais seriam as flexibilizações curriculares para uma criança na qual não interage em outras aulas.

Para uma flexibilização mais coesa possível são apresentadas três etapas a ser realizada que são observação, avaliação e mediação.

#### Quadro 2 - Etapas para Plano de Flexibilização Curricular

Etapa	Conceito
Observação	É uma atividade de pesquisa, em que os elementos são catalogados e organizados para posterior análise. Torna-se um trabalho importante, pois ele fornece subsídios para melhor compreensão do educando.
Avaliação	Que desejamos despe-se dos preconceitos e das barreiras do ceticismo. Não podemos avaliar com pressupostos. À educação, desejamos que direcione os passos do professor e visa a aprendizagem discente. Com base nos escritos de Vygotsky, seria verificar como se comporta o aluno na zona de desenvolvimento proximal, diante da aprendizagem potencial.
Mediação	Mediar é fazer a interlocução entre o aluno e o saber a ser conquistado. É transformar a intenção de ensinar em práticas pedagógicas

**Fonte:** Cunha (2016, p. 76 - 79).

Conceitos este que poderiam ser trabalhos em reuniões pedagógicas com todos os professores juntamente com a coordenação pedagógica.

Diante desta indicação presente na resolução fica evidente que deve existir uma flexibilização dos conteúdos diante as dificuldades do aluno.

E em sala de aula, o que será que é feito e o que pode ser feito nas crises de agressão de Pedro, uma vez que de acordo com a **Figura 1** a criança está em constantes crises, então como incluir uma criança sem excluir as demais?

#### 4.3 Atitudes acerca das crises

No tratamento e análises dos dados fica evidente que o corpo docente encontra dificuldade na rotina escolar com Pedro, não sabem o que a criança tem, uma vez que se houvessem reuniões com toda equipe, certamente saberiam que a criança apresenta características de esquizofrenia e TOD.

Também fica evidente que a falta de preparo coloca em risco os demais alunos, tanto que uma criança saiu da escola por causa das agressões, uma vez que os professores não sabem o que fazer e apenas chamam a coordenação.

- Chamo a atenção do aluno, mas sempre ele continua agressivo rasga as atividades, sendo assim tenho que chamar a coordenação (QUESTIONARIO, P3, 2019).
- Quando ele fica agressivo levamos na coordenação. Onde o aluno é levado para a casa dele (QUESTIONARIO, P5, 2019).
- Retirar ele de perto dos colegas conversar muito até ele se acalmar e realizar as atividades junto com ele (QUESTIONARIO, P2, 2019).

Porém, os mesmos disseram que receberam orientações da coordenação sobre como realizar o manejo com o Pedro quando ele estiver em crise. Uma das orientações é de estar sempre uma pessoa a lado da criança.

Em conversas de acordo com o **anexo – A**, a P5 relatou que a criança já teve várias crises dentro de sala de aula, onde em uma delas tentou furar o olho da sua colega utilizando um lápis de escrever, disse também que as agressões já foram estendidas para outros colegas.

Com base nessas informações a respeito do comportamento agressivo da criança, percebe-se que o mesmo não tem paciência ou não quer realizar as atividades em outras aulas. Em contra partida desenvolve atividades nas aulas do P1. O que será que torna as aulas do P1 diferente e/ou atrativa para a criança?

Ao término da pesquisa que a partir das observações, diário de campo, questionários, análise de documentos segue as considerações finais da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da pesquisa esteve em buscar respostas para o seguinte questionamento: **De que maneira a escola se organiza na formação continuada na perspectiva da Educação Especial?** E diante o tratamento e análises de dados, a pesquisa conclui que ainda em pleno século XXI a escola ainda está frágil quando defronte a uma criança com NEE.

Porém, é importante frisar que, ainda que timidamente, já existem profissionais se especializando no atendimento da pessoa em condição de deficiência. Na educação não é diferente, aos poucos essa fragilidade está sendo minimizada, pois existem pesquisas acerca do tema, profissionais estão buscando formação para melhor atender as crianças com NEE.

Prova disso é a P1 que consegue manter a criança focada em suas atividades e minimiza as crises de agressividade, uma vez que a P1 é especialista em Educação Especial e por esta razão seu trabalho apresenta bom resultado, pois em observações em momento algum a P1 solicitou auxílio do D ou da C com o objetivo de acalmar / minimizar as agressões de Pedro?

No entanto, ao finalizar as análises dos dados ficam incertezas, pois nos pareceu que em outros âmbitos a escola estagnou, ou seja, uma permanência em incertezas e outras vezes retrocesso educacional. O que realmente acontece no chão da escola, avanços, permanências ou retrocessos ao tratar da Educação Inclusiva/Especial.

Nesta perspectiva apresentamos três situações que se apresentam nas discussões acerca da inclusão que são os avanços, permanências ou retrocessos que Freitas e Sousa (2019, p.82 – 83, grifo nosso) pontuam que:

Logo, em relação **aos avanços**, podemos pontuar: políticas públicas criadas em relação à inclusão educacional, garantindo o acesso, permanência e qualidade; avanços em representações sociais, pois a sociedade já entende que os escolares em condição de deficiência têm direito ao acesso curricular, pois a inclusão não é somente aceitar matrículas; avanços procedimentais; algumas iniciativas, ainda que tímidas, com o objetivo de construir caminhos em torno à inclusão, prova disso é o modelo do PDI disponibilizado em site científico e com alcance de todos [...] **às permanências**, podemos citar: ainda existe instituição de ensino que mantém escolas ainda em situação de integração, mesmo que já está ultrapassada. Exemplo disso é a não busca por conhecimento no qual diz respeito à inclusão, uma vez que informações estão cada vez mais acessíveis e ao alcance de todos por meio dos recursos tecnológicos e midiáticos. Sobre **o retrocesso**, podemos sinalizar: os atos de maneiras atitudinais, ou seja, existe avanço em demandas políticas, mas sua

praticidade ainda está distante e com esse desinteresse ou distanciamento é cometida essa falha.

Entre avanços, permanência e retrocessos, seguimos em frente e a busca de novas possibilidades do fazer pedagógico que contemple a Educação Inclusiva/Especial. Para isso desconhecemos outro caminho a não ser o conhecimento.

E para a escola Paraíso pontua-se que no âmbito normativo, da legalidade, é possível pontuarmos avanços entorno da Educação Inclusiva/Especial, muitas normativas já regulamentadas e tantas outras a caminho, são ganhos para um grupo que, conseqüentemente, são marcados em uma sociedade por ser atípicos. Além de normativas legais é notório que no âmbito médico e de equipe multidisciplinar para avaliação e diagnósticos estão mais acessíveis, muitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e com conhecimento para conhecer os transtornos, distúrbios e deficiências. Ainda pontuamos que a família também está melhor informada, sabendo exigir seus direitos, eis a necessidade da escola saber seus direitos e deveres acerca da instituição de ensino e inclusão.

No que tange as permanências predomina na aceitação da necessidade de buscar para que todos realizem a inclusão de fato. Ainda encontramos profissionais da educação que acreditam que crianças com NEE precisam estar em instituições de ensino especializado e não em ensino comum. Lembrando que na CF no Art. 208 garante que, “como dever do Estado à oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 136-137) sendo assim, não dá mais para permanecer resistente a esta realidade.

Pois, diante a tantas informações, acessos enfim, permanecer estagnado na justificativa que não recebeu formação para tal situação é caracterizado em total retrocesso.

E para que nos livremos de retrocessos seria aconselhado ao diretor e coordenador da escola e até mesmo a todos os outros professores de buscarem conhecer melhor sobre as características pontuadas pela psicopedagoga, dar respaldo aos professores. Esperar formações externas, certamente não irá atender a necessidade da escola, uma vez que as formações externas possuem sua temática.

Daí a necessidade de se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do

conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível. Os grupos são organizados espontaneamente pelos próprios professores, no horário em que estão nas escolas. Essas reuniões têm como ponto de partida as necessidades e os interesses comuns de alguns professores de esclarecer situações e de aperfeiçoar o modo como trabalham nas salas de aula. O foco da formação é o desenvolvimento da competência de resolver problemas pedagógicos. Analisa-se, então, como o ensino está sendo ministrado e a construção do conhecimento pelos alunos, pois esses processos interagem e esses dois lados - ensino e aprendizagem - devem ser avaliados sempre que se quiser esclarecê-los (MANTOAN, 2003, p. 45).

Ou seja, seria interessante que todos da escola participassem de formações com as necessidades da escola, assim contemplando trocas de experiências entre os docentes. Se a P1 pudesse ter momentos com todos os outros professores que entram na sala, ela poderia relatar as estratégias que deram certas com a criança, eis a necessidade de grupos de estudos da escola.

Encerramos a pesquisa afirmando que não se pode generalizar de que todos os professores ou escolas estão ainda em processo de retrocesso ou de permanência muito menos ainda em avanços e sim sugestão de novas pesquisas. A escola Paraíso apresenta processos de transição, paulatinamente migrando para o avanço.

Sugerimos a realização de grupos de estudos temáticos de identificação, da legalidade e de abordagem. Quanto mais cedo o diagnóstico, a intervenção precoce oferece qualidade de vida para a criança e para os familiares. Da legalidade para que a escola saiba o exigir dos responsáveis e para não errar que conseqüentemente excluindo. De abordagem com os familiares, pois uma abordagem de maneira errônea a família se ofende e todo o processo é prejudicado e assim atrasando a investigação.

Fazer trabalhos colaborativos, com outros profissionais que faz parte da equipe multidisciplinar avaliativo, com palestras, estudos e outros certamente ajudaria toda a equipe da escola e torna-se um grande avanço.

Fica clara a necessidade de mais avanços, principalmente atitudinais, uma vez que romper paradigmas em pleno século XXI não pode mais causar estranhezas, pois mesmo entre emaranhados de uma sociedade assimétrica, ainda existem políticas ativas e atualizadas, e retroceder pedagogicamente se torna desnecessário e fático (FREITAS; SOUSA, 2019, p. 84).

Retroceder pedagogicamente torna-se um assunto que nos permite novas pesquisas, uma vez que o tema dessa pesquisa não se dá por terminada, pois se

pretende novas pesquisas por lacunas aqui deixadas. Enquanto isso, seguimos com a esperança de o quanto antes, não encontrarmos mais nenhuma permanência ou retrocesso nas escolas.

## REFERÊNCIAS

### Normatizações Nacionais e Locais

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: < [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao-especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao-especial.pdf) >. Acesso em: 28 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar 2014**. Disponível em <. Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.html). Acesso em: 18 jul. 2015.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação**, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao> >. Acesso em: 01 dez. 2019.

### Livros e Artigos Científicos

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre : ARTMED, 2002, 4a. ed. Disponível em < <https://docero.com.br/doc/80s8e> > Acesso em 01 dez. 2019.

BEYER, O. H. **Da integração escolar a educação inclusiva**: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. *et al.* (Orgs.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**: Porto Alegre: Mediação, 2006.

CUNHA, A. E. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 6. Ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREITAS, A. J. P. SOUSA, A. P. M. Os avanços, Permanências e Retrocessos das Políticas Públicas Educacionais no Atendimento ao Sujeito Deficiente: um estudo de

caso em Ponta Porã – MS. In: PRZYLEPA, M.; SOUSA, A. P. M.; OLIVEIRA, S. M. B. O. **Políticas Públicas e Gestão Educacional: retrocessos, permanências e avanços no século XXI**. Jundáí – SP, 2019. Cap. 4, p. 71 – 85.

GARCIA, R. M. **A Agressividade a Psicanálise Winnicottiana**. São Paulo, 2009.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, 2007.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos/** Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – 5. Ed. – São Paulo: Summus, 2006.

MOURA, S. G.; BARREIRA. LINCOLN, M. M. **Agressividade infantil no contexto escolar: contribuições do psicólogo para a formação de professores**. Revista de Humanidade Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 236-249, jul./dez. 2017.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, E. F. **Agressividade infantil: possíveis causas e consequências**. Revista Científica Eletrônica de Psicologia, ano VI, n. 11 nov., 2008, p. 1-11.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. vol 174.

SILVA, M. B. M; BARBOSA, N. M. C; OLIVEIRA, S. C. **A formação continuada dos professor para educação inclusiva: uma mudança na escola**. S.N.T disponível em: <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/4ce/72b/5884ce72b5dc8604374588.pdf> acesso em 02 dez 2019.

SOUZA, M. A. CASTRO, R. E. F. **Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 4, p. 837-845, out./dez. 2008.

## **ANEXO A - DIÁRIO DE CAMPO**

**Dias de observação 04/11/2019 à 08/11/2019)**

### **1ª Observação**

Primeira aula a professora regente iniciou perguntando quais crianças começavam com a letra R, aquelas que começavam com esta letra seria o ajudante do dia. Logo após entregou um calendário impresso do mês de novembro e pediu para as crianças colocarem a data do dia e pintar o desenho. Depois a professora disse que iria olhar a tarefa.

Segunda aula foi de matemática, onde a professora passou algumas atividades impressas de adição e subtração. Terceira aula continuou sendo matemática e a professora passou mais atividades, logo após já foi o recreio.

Quarta aula a professora corrigiu as atividades que havia passado para as crianças tirando todas as dúvidas dos alunos.

Quinta aula a professora passou uma atividade sobre o alfabeto e quem terminava já podia guardar os materiais.

O escolar não teve nenhuma crise.

### **2ª Observação**

Primeira aula: ciências a professora organizou a sala, logo após entregou as atividades para as crianças pintarem. As 13h e 50 minutos foi a hora do lanche.

Segunda aula artes a professora começou a passar uma atividade no quadro para as crianças copiarem, o escolar mudou completamente o seu comportamento começou a levantar toda hora do lugar, falava palavrões para seus colegas e também agrediu um dos colegas da sala, foi então que a professora o mandou para a coordenação.

Terceira aula a professora de ciências entrou na sala de novo e passou uma atividade sobre os animais. Na quarta aula a professora de artes voltou para a sala e as crianças estavam bastante agitadas principalmente o escolar.

Última aula entrou o professor de educação física, ele chegou e tentou acalmar as crianças, logo após entregou uma atividade para eles realizarem, para encerrar a aula o professor trouxe jogos de xadrez e dama. Em conversas informais

com a professora de artes a mesma informou que ficou uma semana sem ir trabalhar pois teve crises de ansiedade.

### **3ª Observação**

Primeira aula foi de língua portuguesa a professora fez a acolhida com as crianças arrumando cada um seu lugar, logo após leu uma história para as crianças realizar um desenho sobre a história.

Segunda aula foi de matemática a professora passou contas no quadro para as crianças resolverem. A professora selecionou cinco crianças da sala para dançarem na festa da primavera da escola. Na terceira aula a professora deixou as crianças continuarem a resolver as atividades.

Na quarta aula a professora corrigiu as atividades que havia passado, perguntando se as crianças haviam entendido. Na quinta aula a professora passou atividades de língua portuguesa.

O escolar não teve nenhuma crise.

### **4ª Observação**

Primeira aula a professora pediu para as crianças fazer o número 7 no calendário, e começou a passar atividades de história, onde ela passou um texto no quadro para as crianças copiarem. Segunda aula continua na mesma atividade, pois as crianças não haviam terminado de copiar.

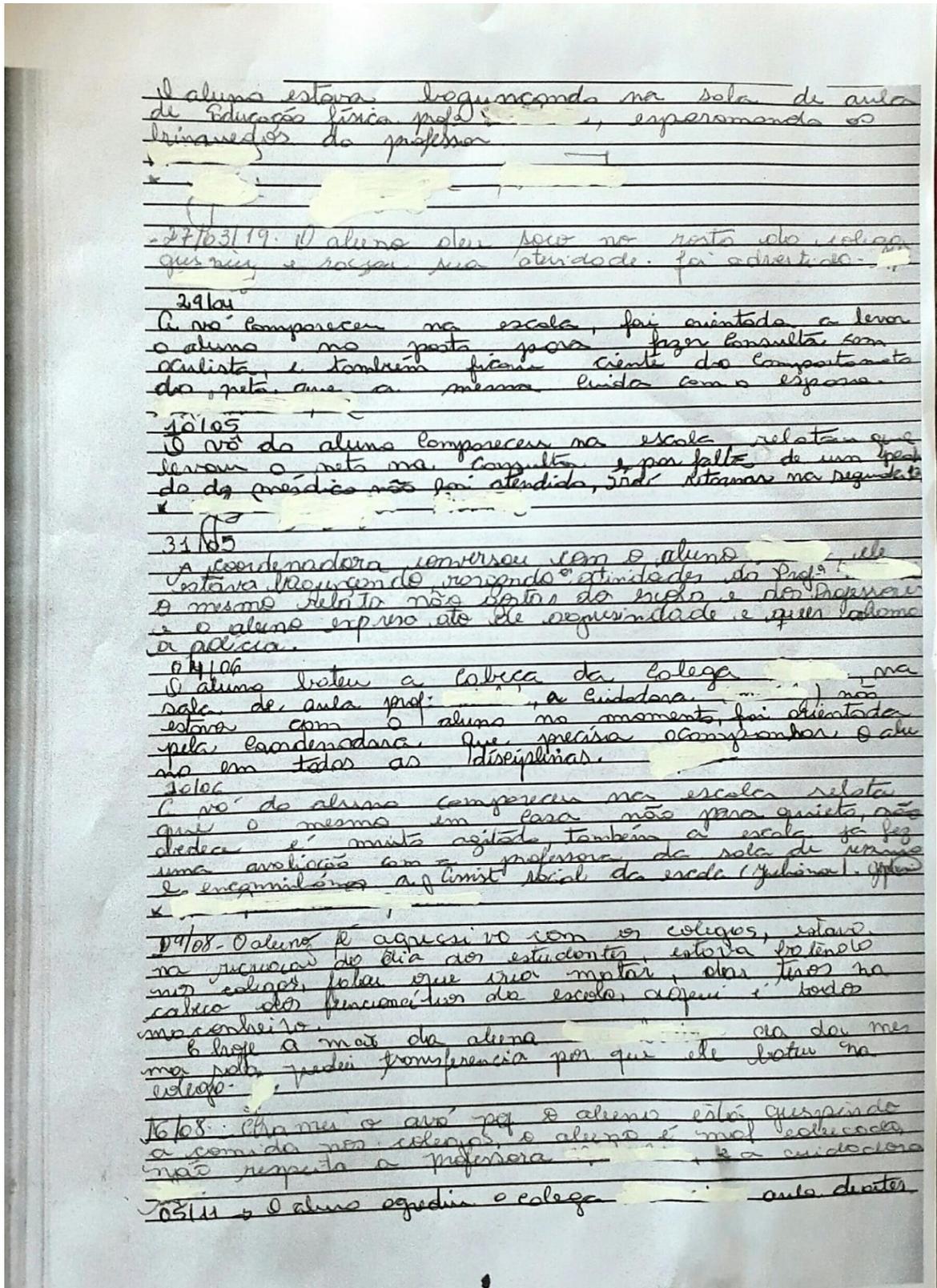
Na terceira aula ela passou atividades referente ao texto para eles responderem. Quem não terminou de copiar as atividades ficou sem recreio junto com a professora dentro da sala. Na quarta aula as crianças pintaram um desenho. Quinta aula a professora levou todos para quadra para poder ensaiar as crianças que iam dançar na festa. O escolar não apresentou nenhuma mudança em seu comportamento.

### **5ª Observação**

Primeira aula a professora corrigiu as atividades do dia anterior, logo após já foi o lanche. Na segunda aula foi aula de artes, as crianças se transformam toda vez que entra esta professora, começam todos a fazer bagunça e falam palavrões, deixando a professora chateada, pois a mesma não consegue concretizar suas aulas com êxito. Na terceira a professora de ciências passou atividade no quadro

para as crianças copiarem. Neste dia a aula foi até 15h:30min pois os professores iriam arrumar a escola para a festa que seria no sábado. Neste dia o escolar apresentou mudanças em seu comportamento.

## ANEXO B - ATA DE ESPELHO DE SALA



## ANEXO C – DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

---



Sendo assim segue os achados.

### Achados:

- Características de Transtorno Opositor e Desafiador (TOD)
- Características de Esquizofrenia Infantil?

Diante a estes resultados sugere-se:

**A família:** acompanhamento de Neuropediatra e/ou Psiquiatra para melhor investigação dos achados neuropsicopedagógicos. Proporcionar momentos para o desenvolvimento motor da criança<sup>1</sup>, se possível. Buscar atividades extras para melhor desempenho de atenção e memória, sendo assim sugere-se aulas música ou xadrez. A criança precisa de higiene de sono, ou seja, 1 hora antes de dormir sem jogos e TV antes de dormir. Torna-se importante que a criança vá dormir cedo, no máximo às 21,00 horas, pois o mesmo parece não ter sono de qualidade, ou seja, suficiente para seu organismo.

Assistir a criança com toda atenção, pois suas explosões de stress podem oferecer riscos para as crianças menores da casa, vizinhos entre outros.

**A escola:** Atividades de curto tempo, podendo ser várias para contemplar o planejamento, porém de curta duração. Deste modo, é possível reativar a atenção da criança, exemplos, jogos dentro da sala com todos (escravos de jô, telefone mudo

---

<sup>1</sup> Orientações dadas a responsável da criança.

## APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ponta Porã-MS, 04 de novembro de 2019.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Andressa Frich Servin responsável principal pela pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com nome “Os (não) avanços na formação docente na perspectiva da educação especial para o ensino comum: um estudo de caso em Ponta Porã - ms”, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar esta pesquisa na Escola Pólo Municipal Jardim Ivone, para observações de alguma aulas do 2º ano do Ensino Fundamental I e aplicação de instrumento de pesquisa para os sujeitos estabelecidos para a mesma, sendo este orientado pela professora Especialista Andréa Jara Peralta Freitas.

Este TCC tem como objetivo principal apresentar os avanços, se houveram, na formação continuada dos professores de ensino comum frente à educação especial no processo de inclusão. Os procedimentos adotados serão observação não-participante, diário de campo e questionários. Esta atividade não apresentará riscos aos sujeitos participantes e acontecerá no período vespertino na sala do 2º do Ensino fundamental I, terá 25 observações (uma semana letiva). Espera-se com esta pesquisa, identificar o quão os professores estão preparados mediante à evidências comportamentais de uma criança que pode ser o caso de um transtorno ou deficiência, caso seja, será que enquanto docentes estamos preparados para auxiliar no processo de avaliação desta criança com suspeitas de algum transtorno e/ou deficiência?. Qualquer informação adicional poderá ser obtida nas Faculdades Magsul, no Curso de Pedagogia, no endereço: Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67) 3437-3804 Ponta Porã- MS, E-mail: magsul@terra.com.br pelos pesquisadores (orientadora – andreaajpfreitas@gmail.com, contato: (67) 9 9605-28-- e orientanda – andressafrich@gmail.com , contato: (67) 9 968771--

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do TCC que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para apresentação e defesa do TCC para uma banca avaliadora, assim como para publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras

informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados, pois serão adotados termos fictícios. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

### **Autorização Institucional**

Eu, \_\_\_\_\_ responsável \_\_\_\_\_ declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição coparticipante desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Pesquisadora	Responsável pela Instituição
--------------	------------------------------

Orientadora
-------------

Documento em duas vias:

1ª via instituição

2ª via pesquisadores

Observação: informamos que no curso de graduação o responsável pela pesquisa é o professor/orientador.

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

Título do trabalho de conclusão: Os (não) avanços na formação docente na perspectiva da educação especial para o ensino comum: um estudo de caso em Ponta Porã – MS.

Pesquisador responsável: Andressa Frich Servin

Telefone para contato: (67) 9 968771--

A intenção da pesquisa é investigar e perfilar as atitudes da equipe pedagógica frente a tônica da criança com tal agressividade. Quais as metodologias adotadas ou “não” pelo professor na tentativa de ajudar esta criança. Investigar se existem dificuldades para o professor. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo geral apresentar os avanços, se houveram, na formação continuada dos professores de ensino comum frente à educação especial no processo de inclusão. Sendo sujeito dessa pesquisa, sua participação não trará nenhum tipo de risco, prejuízo, desconforto ou lesão. Portanto não haverá, em decorrência dessa participação, indenizações ou despesas. Sua participação é relevante e imprescindível tanto para a sociedade em geral quanto para sociedade científica, pois, ajudará no esclarecimento de vários elementos atinentes ao desenvolvimento da pesquisa tanto na formação quanto após a formação. Deste modo, sua participação resume-se a responder a questionário mediante roteiro elaborado previamente. Os dados coletados servirão de suporte para análise que comporá uma pesquisa a ser apresentada na conclusão do curso de Pedagogia das Faculdades Magsul, e se aprovado, publicado nos diversos órgãos de divulgação científica.

O período de sua participação nessa pesquisa resume-se ao tempo de responder ao questionário. Será garantido o sigilo e anonimato, portanto, não há riscos de identificação de sua pessoa ou das respectivas respostas dadas. Há ainda a possibilidade da retirada do consentimento a qualquer tempo, bastando, para isso, entrar em contato com o (a) pesquisador (a) já identificado (a).

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Ponta Porã / /2019.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O (A) DIRETOR (A)**

1. Desde quando Pedro é aluno da escola?

2. Ao iniciar na escola como foi à adaptação do Pedro. Já apresentava sinais de agressividade?

a) Foi tranquila. No início não apresentou nenhum comportamento atípico.

b) Muito difícil. A agressividade já era bastante presente.

c) Outros

3. Atualmente como acontece o acompanhamento e/ou intervenção da escola com Pedro?

4. Referente aos profissionais da educação da escola, como foi ou como está sendo a adaptação dos professores com a criança?

( ) Tranquilo, pois a aceitação e o fazer da inclusão não estão sendo problema.

( ) Complicado, pois ainda encontro resistências e/ou dificuldades de alguns para o trato com o aluno.

Explique:

5. Entendemos, em um contexto geral, das dificuldades em trazer a família como aliada para a escolarização das crianças. Diretor a família de Pedro é participativa?

a) Um pouco

b) Não

c) Sim

d) Outros

Comente:

6. Em quanto diretor da escola o senhor pensa que a escola está devidamente preparada para atender e incluir Pedro no que tange estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, pedagógicos, curriculares e avaliação?

Comente:

7. A escola já promoveu alguma formação continuada aos professores e aos demais profissionais da escola? De que maneira?

- a) Sim, pequenos grupos de estudos.
- b) Sim, trazendo profissionais de fora para o auxílio da escola.
- c) Sim, com reuniões e discussões com ênfase ao aluno Pedro.
- d) Sim, as formações ficam por responsabilidades das técnicas de Educação da Secretaria de Educação.
- e) Não, por não sabermos como proceder.
- f) Não, por resistência dos demais grupos da escola.

Comente:

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O (A) PROFESSOR (A)**

1. Quando presenciou a primeira crise de Pedro qual foi sua primeira impressão?

- a) Até então tranquila, uma vez que achei que era algo passageiro.
- b) Muito preocupante, pois foi algo que não era normal em uma criança tão pequena.
- c) Já tinha conhecimento da situação referente a Pedro, pois em outro momento já presenciei crises deles em anos anteriores.

2. As crises que presenciou logo achou que poderia ser algo presente em um transtorno ou deficiência?

- a) Sim, logo nas primeiras crises desconfieei que pudesse ser algo mais grave.
- b) Não, achei que fosse uma criança com apenas falta de limites e/ou atenção dos pais e/ou responsáveis.
- c) Não, ainda acredito que trata de uma criança sem limites ou que não aceita frustrações e ser contrariado.

3. Recebe orientações pedagógicas no que tange a planejamento do seu coordenador com que frequência?

- a) Quinzenal e com observações em sala de aula esporádicas
- b) Mensal e com observações em sala de aula esporádicas.
- c) Mensal em reuniões pedagógicas.
- d) Outros

4. Em relação a Pedro de que maneira recebe orientação do seu coordenador no trato com a criança?

- a) Ainda não temos um norte a seguir, pois não sabemos como proceder.
- b) No momento em que realizo o planejamento e a coordenação vista.
- c) Realizamos grupos de estudos e estudamos juntos.
- d) Já foi proporcionada com profissionais de fora está orientação de como proceder

5. Sente-se preparado no trato e nas flexibilizações curriculares e avaliativas referente a Pedro?

- a) Sim

- b) Não
- c) Em parte

Justifique:

6. Respostas de avaliação conjugada

a) Em crises de agressividade, quais são os manejos adotados para realizar a contenção do Pedro? Exemplifique como procede

b) Recebeu alguma orientação para realizar as contenções? Se sim de qual profissional?

I - Sim, pelo (os) o (os) profissional (is)

II - Não, as realizo como acredito que seja ou da maneira que é possível naquele momento.

7. A escola já promoveu alguma formação continuada aos professores e aos demais profissionais da escola no que tange a Inclusão? De que maneira?

a) Sim, pequenos grupos de estudos.

b) Sim, trazendo profissionais de fora para o auxílio da escola.

c) Sim, com reuniões e discussões com ênfase ao aluno Pedro.

d) Sim, as formações ficam por responsabilidades das técnicas de Educação da Secretaria de Educação.

e) Não, por não sabermos como proceder.

Se preferir, comente algo:

8. Professor acredita que a escola está devidamente preparada para atender e incluir Pedro no que tange estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, pedagógicos, curriculares e avaliação?

Comente: